

TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

N.º 27/CEPUERJ/2015

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ, através da Superintendência de Recursos Humanos - SRH, por meio do Centro de Produção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CEPUERJ, torna público o **Edital** de Concurso Público para o cargo de **Técnico Universitário Superior**, de acordo com a **Lei nº 6701/2014**, **de 11 de março de 2014**, o **Decreto Estadual n.º 43.876/2012** e o **Processo n.º 13826/2014**, para provimento imediato, sob o regime estatutário, conforme quadro abaixo:

PERFIL	ÁREA DE ATUAÇÃO	N° DE VAGAS				VENCIMENTO INICIAL	CARGA
		AC	PCD	NEGRO / ÍNDIO	TOTAL P/ ÁREA	(BASE JULHO 2015)	HORÁRIA SEMANAL
Procurador	-	3	0	0	3	4.800,00	40h
	Total Geral de Vagas	3	0	0	3		

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O concurso público será regido por este Edital em referência e será executado pelo CEPUERJ/Coordenação de Processos Seletivos, com sede na Rua São Francisco Xavier 524, Pav. João Lyra Filho, 1º andar, Bloco A, sala 1028, e por eventuais retificações, disponíveis no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador.
- **1.2.** O atendimento aos candidatos, em qualquer etapa do concurso, será realizado através do e-mail **concursoscepuerj@yahoo.com.br**.
- **1.3.** Para ciência dos benefícios, direitos e deveres do servidor da UERJ, o candidato deverá consultar a página eletrônica da SRH no endereço http://goo.gl/uB2vqh.

Parágrafo Único: Os servidores terão direito ao adicional de qualificação, após análise e aprovação do título apresentado, de acordo com o Anexo III da Lei Estadual nº 6.701/2014, que reestruturou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do quadro de pessoal dos servidores técnico-administrativos da UERJ, disponível no endereço eletrônico http://goo.gl/cEjncM

1.4. Após o Resultado Final, o candidato deverá acompanhar as etapas subsequentes de convocação durante a validade e, se houver, na prorrogação do concurso, através do site http://www.concursos.srh.uerj.br.

Parágrafo Único: O candidato deverá manter o seu cadastro atualizado durante o período de validade do concurso, através de comunicação formal, protocolada na SRH/UERJ.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

2. DA UERJ

Criada em 1950, tem como fins precípuos a execução do ensino superior, da pesquisa e da extensão, a formação de profissionais de nível superior, a prestação de serviços à comunidade e a contribuição à evolução das ciências, letras e artes e ao desenvolvimento econômico e social.

A UERJ possui uma gama de cursos de graduação, pós-graduação e extensão em diversas áreas do conhecimento para a formação profissional, cultural e científica de aproximadamente 23 mil alunos, distribuídos por 30 unidades acadêmicas, abrangendo as cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Resende e São Gonçalo, Teresópolis e Ilha Grande no município de Angra dos Reis. As Faculdades e Institutos encontram-se vinculados a quatro Centros Setoriais: Biomédico; Ciências Sociais; Educação e Humanidades; e Tecnologia e Ciências. Na estrutura funcional, além das unidades acadêmicas e administrativas, encontramos também o Hospital Universitário Pedro Ernesto, a Policlínica Piquet Carneiro, o Núcleo Perinatal e o Centro Universitário de Controle de Câncer.

3. DAS ATRIBUIÇÕES DO PERFIL

Representa a instituição juridicamente, nas ações em que a UERJ é a autora, ré, opcente ou interessada, acompanhando o andamento dos processos, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo às audiências, julgamentos e outros atos que requeiram a presença do advogado, exercendo o procuratório judicial e extrajudicial na defesa dos direitos e interesses da Universidade.

- **3.1.** As funções e atribuições de todas as áreas de atuação estão definidas considerando o Manual de Cargos vigente na UERJ, conforme segue abaixo:
 - a) Representar a UERJ juridicamente, praticando todos os atos inerentes ao exercício do mandado judicial;
 - b) Estudar a matéria jurídica, consultando códigos, leis, jurisprudência, trabalhos doutrinários e outros documentos;
 - c) Solicitar informações e diligências necessárias, junto aos componentes organizacionais da UERJ, a fim de se instruir adequadamente os assuntos administrativos e feitos judiciais que lhe forem afetados;
 - d) Acompanhar o processo judicial em todas as fases, impulsionando-o sempre que for do interesse da UERJ;
 - e) Elaborar documentos jurídicos, pareceres e pronunciamentos, minutas de contratos e convênios;
 - f) Orientar sobre questões de natureza jurídica constitucional, administrativa, cível, comercial, trabalhista, previdenciária, penal e tributária;
 - g) Representar a Instituição nos processos de herança jacentes, acompanhando as arrecadações correspondentes, com vistas à adjudicação final dos bens à UERJ, bem como representar judicial e extrajudicialmente as Heranças Jacentes nas quais a UERJ tiver sido nomeada Curadora;
 - h) Assessorar a Administração Central da UERJ, os órgão relativamente autônomos e unidades acadêmicas da respectiva competência;
 - i) Supervisionar e orientar estagiários na sua área de atuação;
 - i) Preservar interesses individuais e coletivos, dentro dos princípios éticos:
 - k) Executar outras tarefas relacionadas ao perfil.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma tácita de aceitação de todas as normas constantes no presente Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

4.2. PERÍODO/MODO DE INSCRIÇÃO/TAXA

PERÍODO	LOCAL / HORÁRIO	TAXA DE INSCRIÇÃO
09/10 a 03/11/2015	Internet, no endereço eletrônico: http://www.cepuerj.uerj.br , Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 - Procurador	120,00

4.3. PROCEDIMENTO PARA INSCRIÇÃO

- a) Certificar-se de que atende a todos os requisitos exigidos para a inscrição, conforme o **Edital** do Concurso Público em referência:
- b) Acessar o endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador, onde estará disponibilizado o Edital do concurso para download e impressão;
- c) Acessar o link de inscrição e, caso seja a primeira vez que se inscreve em um concurso organizado pelo CEPUERJ, clicar em Não Tenho Cadastro. Preencher todos os dados solicitados, digitar o código solicitado e clicar em enviar. Caso já tenha cadastro, basta digitar seu CPF, senha e código solicitado e enviar. Após este procedimento, selecionar o cargo ao qual deseja concorrer e a opção Realizar Inscrição, preencher os dados solicitados e Enviar.
- d) Caso tenha esquecido a senha, clique em esqueceu a senha? Clique aqui.
- e) Preencher todos os campos do Formulário de Solicitação de Inscrição, disponível no período citado no subitem **4.2**, e, após o devido preenchimento, enviá-lo para cadastramento através do botão específico (ENVIAR);
- f) Imprimir, em papel A4, o boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição. Efetuar o pagamento até a data de vencimento, em espécie, em qualquer instituição bancária.
- **g)** Os boletos ainda poderão ser pagos nos caixas eletrônicos ou através da internet, observados os horários definidos pelas agências bancárias para pagamento de títulos, assim como, o subitem **4.3.2**.
- **4.3.1.** O candidato, ao efetuar a inscrição, deverá optar por apenas uma das áreas de atuação, listadas no Quadro que consta do preâmbulo deste Edital.
- **4.3.2.** Não serão aceitos depósitos bancários, nem agendamento ou qualquer tipo de transferência bancária em favor da UERJ.
- **4.3.3.** Não será aceito pagamento da taxa de inscrição feita em casas lotéricas, supermercados, agências dos Correios, depósito comum (conta corrente ou em caixa eletrônico), agendamento de pagamento, ordem de pagamento, DOC, DOC eletrônico, transferência eletrônica ou pagamento após a data de vencimento constante do boleto bancário.
- **4.3.4.** O candidato que não possuir acesso à internet poderá fazer sua inscrição na secretaria do concurso, localizada no Campus da UERJ, situada à Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, sala 1006, bloco A CEPUERJ, das 9 às 16 horas, exceto finais de semana e feriados.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

4.4. RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- **4.4.1.** Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nos critérios definidos o Anexo Único da Lei nº 2298/94, alterada pela Lei nº 2482/95, e Decreto Federal nº 3298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/2004.
- **4.4.2.** Será reservado ao candidato com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas durante o prazo de validade do Concurso Público, conforme a legislação vigente, desde que a deficiência não seja incompatível ao exercício do cargo.
- **4.4.3.** O total resultante da aplicação do percentual citado no subitem **4.4.2** não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do total de vagas oferecidas em qualquer fase do concurso.
- **4.4.4.** Para concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência, o candidato deverá declarar, expressamente, a sua deficiência no ato de inscrição e obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:
 - a) Laudo Médico original com letra legível ou cópia autenticada especificando: o tipo, a causa, o grau e o nível da deficiência, o código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doenças CID –, a data de expedição, a assinatura e o carimbo com o nº do CRM do Médico que está emitindo o Laudo; este Laudo deverá conter também o nome do candidato, documento de identidade (RG), número do CPF, o nome do Concurso Público e o cargo ao qual concorre. Somente serão aceitos os laudos que tenham sido expedidos em até 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, conforme modelo constante do Anexo II;
 - b) O candidato com deficiência visual, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá solicitar no Formulário de Solicitação de Inscrição, até o término das inscrições, a confecção de prova especial Ampliada, ou ainda, a necessidade da leitura de sua prova, especificando o tipo de deficiência;
- **4.4.5.** O Laudo Médico deverá ser entregue no CEPUERJ, localizado na Rua São Francisco Xavier, 524, Pav. João Lyra Filho, 1º andar, Bloco A, sala 1028 Maracanã RJ Coordenadoria de Processos Seletivos, das 9 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados ou enviado via Sedex registrado com AR, para a Caixa Postal nº 46.520, Agência Vila Isabel, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.551-970, no período de **09/10 a 04/11/2015.** O CEPUERJ não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.
- **4.4.6.** O candidato que porventura apresentar Laudo que NÃO se enquadre nos requisitos ou não atenda a legislação vigente concorrerá às vagas de Ampla Concorrência (AC).
- 4.4.7. O candidato com deficiência, de acordo com a Lei Estadual nº 1.224/1987, participará do Certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das Provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, ao horário, ao local de aplicação, ao tempo de realização das Provas e à nota mínima exigida, sendo-lhe, porém, assegurada a acessibilidade ao recinto onde se realizarão as Provas, segundo critérios de razoabilidade, proporcionalidade e viabilidade. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da Prova, deverá solicitá-la de acordo com o Calendário de Atividades.
- 4.4.8. Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem Prova Especial Ampliada serão oferecidas Provas nesse sistema. O candidato deverá indicar, no momento da inscrição, o tamanho da fonte de sua prova Ampliada, entre 14 ou 16. Não havendo a indicação de tamanho de fonte, a prova será confeccionada em fonte 16. O cartão-resposta não será ampliado, em virtude das dimensões do equipamento eletrônico. Caso o candidato apresente dificuldade para a marcação do referido cartão, deverá comunicar à coordenação do Concurso Público, que providenciará um fiscal especializado para auxiliá-lo.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- **4.4.9.** O acesso das pessoas com deficiência para realização da Prova e sua eventual aprovação não implicam o reconhecimento da deficiência declarada; que será determinada por meio de exame médico previsto na etapa de convocação para contratação.
- **4.4.10.** A Comissão Avaliadora designada pela SRH analisará o grau de deficiência de cada candidato, a fim de decidir, de forma conclusiva, sobre a sua compatibilidade com o cargo/perfil da vaga que pretende ocupar.
- **4.4.11.** Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção simples pelo uso de lentes ou aparelhos específicos.
- **4.4.12.** Será eliminado do concurso o candidato;
 - a) Inscrito para as vagas reservadas que porventura firmar declaração falsa sobre a condição de pessoa com deficiência, descrita no ato da inscrição;
 - **b)** Cuja deficiência for considerada, pela Comissão Avaliadora de PCD, incompatível com as funções do cargo pretendido.
- **4.4.13.** O candidato que não apresentar o laudo médico no prazo estabelecido no edital será transferido para as vagas de ampla concorrência.
- **4.4.14.** O candidato que não for considerado pessoa com deficiência pela Comissão Avaliadora de PCD será automaticamente transferido para as vagas de ampla concorrência.

4.5. RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS E ÍNDIOS

- **4.5.1.** Será reservado o percentual de 20% (vinte por cento) para os candidatos que se autodeclarem negros e índios, durante o prazo de validade do Concurso Público, na proporção de 01(uma) vaga reservada de cada 05(cinco) oferecidas, observando o Decreto Estadual nº 43.007/2011.
- **4.5.2.** De acordo com a Lei Estadual n.º 6067/2011, se o número de vagas oferecidas for igual ou inferior a 20 (vinte), o percentual da reserva citada no caput será de 10% (dez por cento).
- **4.5.3.** Os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas citadas nos itens **4.4** e **4.5** deverão especificar uma e somente uma das opções, no campo correspondente da ficha de inscrição on-line e ter ciência do inteiro teor das regras definidas neste Edital.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- **5.1.** Serão aceitos pedidos de isenção no período de **09/10 a 15/10/2015**, iniciando às 10h do primeiro dia até às 23h59min do último dia, conforme as instruções para isenção de taxa de inscrição divulgadas no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador/Edital de Isenção.
- 5.2. Somente será concedida a isenção do valor da taxa de inscrição para aqueles candidatos que comprovarem hipossuficiência de recursos financeiros, comprovarem renda bruta familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos ou que possuam cadastro no CadÚnico, conforme legislação vigente (Decretos da Presidência da República nº 6.593/2008 e 6.1351/2007). Os procedimentos para aprovação dos critérios de hipossuficiência serão veiculados em Edital próprio.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- **5.3.** Não serão aceitos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição aos que não atendam às condições para sua concessão, qualquer que seja o motivo, e aqueles que:
 - a) não efetivarem a inscrição no site do concurso;
 - b) enviarem seu pedido por fax ou por correio eletrônico;
 - c) enviarem seu pedido fora do prazo estabelecido no cronograma;
 - d) não obedecerem aos critérios definidos nas instruções para isenção de taxa de inscrição;
 - e) não contenham toda a documentação prevista ou, ainda, apresentem documentação fraudada ou falsificada.
- **5.4.** Os pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição deferidos de candidatos que não estiverem inscritos no site do concurso serão automaticamente cancelados.
- 5.5. A resposta às solicitações de isenção de taxa de inscrição está prevista para ser divulgada no dia 22/10/2015, a partir das 14h, no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador.
- **5.6.** O candidato poderá contestar o indeferimento através do e-mail **concursoscepuerj@yahoo.com.br** no período de **22/10 a 23/10/2015**. O assunto do e-mail deverá ser "Recurso para isenção de taxa de inscrição" e, no corpo da mensagem, deve constar, além da contestação, o CPF e o número de inscrição do candidato. As respostas serão divulgadas em **27/10/2015** e, após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
- **5.7.** O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido e que desejar participar do concurso deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através de boleto bancário, obedecendo ao prazo determinado no subitem **4.2** e seguindo as orientações conforme subitem **4.3**.
- **5.8.** De forma a evitar ônus desnecessário, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o Concurso Público.
- **5.9.** A taxa de inscrição poderá ser paga somente até o dia **04/11/2015**.
- **5.10.** O candidato se responsabilizará pela fidedignidade das informações prestadas no formulário de inscrição.

6. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS PROVAS

- **6.1.** O candidato que necessitar de atendimento especial no dia de realização da prova deverá informar, no Formulário de Solicitação de Inscrição, o tipo de necessidade.
- **6.2.** O candidato, além da identificação no site de inscrição, deverá enviar laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, com assinatura e número do registro profissional do emissor do laudo, emitido até 90 dias antes do término das inscrições, que justifique a necessidade do atendimento especial solicitado;
- **6.3.** O laudo médico deverá ser entregue ou enviado (pessoalmente ou por terceiros) ao CEPUERJ/Coordenação de Processos Seletivos, Caixa Postal 46.520, Agência Vila Isabel, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.551-970, através de SEDEX, no período de **09/10 a 03/11/2015** (data da postagem).
- **6.4.** O envio do laudo é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CEPUERJ não se responsabiliza pelo extravio do documento que impeça a sua chegada a UERJ/CEPUERJ/Coordenação de Processos Seletivos ou o seu recebimento após o dia **10/11/2015**.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- **6.5.** O laudo médico não será devolvido e será válido apenas para o presente concurso.
- **6.6.** A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, além de assinalar essa necessidade no Formulário de Solicitação de Inscrição, deverá entregar (pessoalmente ou por terceiros) ou enviar ao CEPUERJ/Coordenação de Processos Seletivos, Caixa Postal 46.520, Agência Vila Isabel, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.551-970, através de SEDEX, cópia autenticada da certidão de nascimento da crianca até o dia **10/11/2015**.
- **6.7.** Caso a criança ainda não tenha nascido até a data estabelecida no item **6.6**, a certidão de nascimento será substituída pela declaração do obstetra que ateste a data provável de nascimento da criança.
- 6.8. No dia de realização da prova, a candidata deverá levar acompanhante, que ficará responsável pela guarda do lactente, em sala especialmente destinada a tal fim. O tempo de realização da prova não será estendido em função do afastamento da candidata para a amamentação. A amamentação se dará quando necessária, porém a candidata não terá a companhia do acompanhante nesse momento, mas sim de um fiscal. A candidata que não levar o acompanhante não poderá permanecer com a criança no local de prova.
- **6.9.** O CEPUERJ não disponibilizará um fiscal para guarda da criança.
- **6.10.** O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização da prova deverá indicar a necessidade na solicitação de inscrição e encaminhar ou entregar, até **10/11/2015**, o laudo médico, acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que ateste a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo 40 do Decreto da Presidência da República nº 3.298/1999, e suas alterações.
- **6.11.** O candidato que, à época de realização da prova, estiver com doença infectocontagiosa que demande isolamento ou que necessite de cuidados médicos especiais que comprovadamente impeçam o deslocamento ao local de aplicação da prova deverá entrar em contato com o CEPUERJ/Coordenação de Processos Seletivos, através do e-mail **concursoscepuerj@yahoo.com.br**, até as 12h do dia **17/11/2015**, já dispondo de laudo médico que ateste sua condição de saúde.
- **6.12.** O candidato que, à época de realização da prova, necessitar de atendimento especial extemporâneo, deverá entrar em contato com o CEPUERJ com até 48 horas antes da realização da prova, através do e-mail concursoscepueri@yahoo.com.br já dispondo de laudo médico que ateste sua condição.
- **6.13.** A solicitação de condições especiais será atendida, obedecendo-se critérios de viabilidade e de razoabilidade, o CEPUERJ avaliará individualmente os casos, no que tange à possibilidade de atender à demanda criada, o que poderá implicar mudança do local de realização da prova.
- **6.14.** No caso de utilização de ledor, este transcreverá as respostas para o candidato, que deverá indicar a alternativa para cada questão.
- **6.15.** Não serão concedidas condições especiais para a realização da prova ao candidato que não as solicitar no prazo determinado.
- **6.16.** O acesso do candidato solicitante de atenção especial para realização da Prova, e sua eventual aprovação, não implicam no reconhecimento da deficiência declarada e/ou a compatibilidade da deficiência com a atividade permanente às atribuições do cargo, a qual somente poderá ser determinada através de exame médico.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- **7.1.** Não serão aceitas inscrições condicionais e/ou fora do período e horários estabelecidos, quaisquer que sejam as razões alegadas, salvo pelo adiamento ou prorrogação oficial do período inicialmente divulgado.
- **7.2.** Não serão aceitas inscrições via fax, correio eletrônico ou por outra via que não a especificada neste edital, qual seja o site do CEPUERJ, disponível 24 horas por dia no período de inscrição.
- **7.3.** A taxa de inscrição não será devolvida se o candidato desistir do Concurso Público nem se for constatado pagamento em duplicidade, assim como também não haverá parcelamento da mesma. Só haverá devolução da taxa de inscrição em caso de cancelamento do concurso.
- **7.4.** Ao candidato, será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição.
- **7.5.** O candidato que não atender a todas as condições enumeradas neste edital terá cancelada sua inscrição, sendo anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que tenha sido aprovado no concurso.
- **7.6.** O candidato deverá manter, sob sua guarda, uma cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, por questões de segurança e para esclarecimento de eventuais dúvidas.
- 7.7. O CEPUERJ não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transmissão de dados.
- **7.8.** O simples recolhimento da taxa de inscrição não significa que a inscrição tenha sido efetivada. A efetivação será comprovada através do recebimento do crédito do pagamento pela instituição bancária e do recebimento da documentação exigida, guando for o caso.
- **7.9.** É vedada a transferência do valor pago da taxa de inscrição para terceiros, para outro concurso/processo seletivo ou para outro cargo.
- **7.10.** Após 72 horas do pagamento, o candidato poderá confirmar se o pagamento foi creditado corretamente da seguinte maneira:
 - Acessar o endereço http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 -Procurador;
 - b) Digitar o CPF, a senha e escolher a opção Situação do Pagamento; neste momento, caso o pagamento tenha sido recebido, aparecerá à mensagem: "Inscrição Confirmada".
- **7.11.** No caso de não ser possível confirmar o pagamento, o candidato deverá entrar em contato com a Coordenação de Processos Seletivos através do e-mail **concursoscepuerj@yahoo.com.br**, Assunto: Confirmação de pagamento.
- 7.12. O candidato se responsabilizará pela fidedignidade das informações prestadas no Formulário de Solicitação de Inscrição.
- **7.13.** Após a efetivação da inscrição, não será permitida a troca de cargo.
- 7.14. O candidato, isento ou não, que realizar mais de uma inscrição em programas em que haja sobreposição dos períodos de aplicação das provas terá que escolher apenas um dos programas para fazer a prova e comparecer ao local e horário que constam no CCI do referido programa.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

8. DA CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 8.1. O Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) estará disponível no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador; opção Cartão de Confirmação de Inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva dos candidatos a obtenção desse documento. O CCI está previsto para ser divulgado a partir das 14h do dia 18/11/2015.
- **8.2.** É dever do candidato a conferência dos dados impressos no Cartão de Confirmação de Inscrição. No CCI estarão descritos, além dos principais dados do candidato (nome, identidade), nº de inscrição, cargo, a data, o horário e o local de realização da prova, além do atendimento especial, caso solicitado.
- **8.3.** Os eventuais erros de digitação deverão ser corrigidos na sala de realização da prova, através do preenchimento da Ata de Sala, exceto o CPF, que é chave de acesso para inscrição.
- **8.4.** Caso haja inexatidão na informação quanto ao programa escolhido, os candidatos deverão entrar em contato pelo e-mail concursoscepuerj@yahoo.com.br ou pelo telefone (21) 2334-0171, das 9h às 18h.
- 8.5. Caso o candidato não possua acesso à internet para obtenção ou correção de dados do CCI, poderá, de 2ª a 6ª feira dias úteis no horário de 10h às 17h, comparecer ao Campus da UERJ, situado à Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, sala 1006, bloco A, Rio de Janeiro;
- 8.6. É recomendado que o candidato imprima o Cartão de Confirmação (CCI) e o porte no dia de realização da prova.
- **8.7.** O candidato deve utilizar-se dos meios indicados no presente edital para informar-se sobre data, local e horário de realização da prova (CCI). Informações obtidas por meio de contato telefônico junto à Coordenação de Processos Seletivos não se revestem de caráter oficial.
- **8.8.** Somente será permitida a realização das provas na respectiva data, horário e local definidos no CCI. No caso previsto no subitem **6.11**, será permitida a realização da prova em local diverso do que consta no CCI.
- **8.9.** O candidato que não efetuar as correções de dados pessoais no dia da realização da prova arcará com as consequências advindas de sua omissão.
- **8.10.** O candidato não poderá alegar desconhecimento do horário e local de realização da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo alegado, será considerado desistência, resultando na eliminação do candidato do concurso.
- **8.11.** O candidato deverá verificar, 24 horas antes da data de realização da prova, no site do CEPUERJ http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador, se existe algum aviso quanto à mudança de data ou local de realização das provas.

9. DAS ETAPAS DO CONCURSO

- **9.1.** O Concurso compreenderá as seguintes etapas:
 - a) Prova Objetiva;
 - b) Prova Discursiva;
 - c) Prova Oral;
 - d) Exame Médico Admissional:
 - e) Entrega da documentação exigida para nomeação.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

10. DAS PROVAS

- **10.1.** As Provas Objetivas, Discursivas e Orais serão realizadas no Município do Rio de Janeiro, estando previstas para o dia **20/11/2015**, à **Definir**, respectivamente, nos horários a serem definidos no CCI.
- **10.2.** A data prevista para a realização da Prova poderá excepcionalmente ser alterada, pois dependerá da disponibilidade de local adequado à sua realização. No Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), serão informados o local, o horário e a data definitiva.
- 10.3. As questões das Provas obedecerão aos Temas indicados no Anexo I.
- 10.4. A PROVA OBJETIVA será realizada para todas as áreas e obedecerá aos seguintes critérios:
 - a) Será de caráter eliminatório e classificatório;
 - b) Consistirá de 120 (cento e vinte) questões objetivas, formuladas de acordo com o Anexo I Conteúdo Programático, deste Edital;
 - c) Constará cada uma das questões de 04 (quatro) opções de resposta e 01 (uma) única resposta correta;
 - d) Totalizará 240 (cem) pontos, valendo 02 (dois) pontos cada questão;
- **10.4.1.** Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que não zerar nenhum conteúdo da prova e obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) de acertos conforme tabela abaixo:

CONTEÚDO DA PROVA	N° DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS	MÍNIMO PARA APROVAÇÃO
Direito Constitucional	20	2	40	
Direito Administrativo	20	2	40	
Direito Processual Civil	20	2	40	
Direito Tributário e Financeiro	20	2	40	144
Direito Civil e Empresarial	20	2	40	
Direito do Trabalho, Processual do Trabalho e Previdenciário.	20	2	40	
Total	120	-	240	

- **10.4.2.** Por ocasião do recebimento do cartão-resposta, o candidato deverá registrar, em campo próprio, sua assinatura e, se solicitado, transcrição de frase. Este procedimento servirá para eventual confirmação de sua identidade, caso haja necessidade. Havendo recusa no cumprimento deste procedimento, o candidato será eliminado do Concurso Público.
- **10.4.3.** Nenhuma marcação deverá ser realizada, no cartão-resposta, fora do campo destinado à marcação das respostas, transcrição de frase, caso haja, ou assinatura.
- 10.4.4. As marcações feitas incorretamente no cartão-resposta são de inteira responsabilidade do candidato.
- **10.4.5.** O cartão resposta será considerado como único e definitivo documento para efeito de correção da prova objetiva, devendo ser assinado e preenchido corretamente pelo candidato, de acordo com as instruções contidas na contracapa da prova, não sendo substituído em hipótese alguma por erro do candidato no preenchimento.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- **10.4.6.** Não será permitida a marcação do cartão resposta por outra pessoa que não seja o candidato, salvo o caso de o candidato ter solicitado condições especiais, conforme subitem **6.14**, mediante autorização da Coordenação de Processos Seletivos.
- 10.4.7. Ao término das Provas Objetivas, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o cartão-resposta ao fiscal de sala, não podendo o mesmo cartão estar rasgado ou com danos que impeçam sua leitura, sob pena de eliminação do Concurso Público. O caderno de questões objetivas poderá ser levado pelo candidato faltando 01(uma) hora para o término da prova.
- **10.4.8.** Será de inteira responsabilidade do candidato a devolução do cartão resposta da prova objetiva e do caderno de questões da prova discursiva ao fiscal, sendo eliminado do Concurso Público aquele que não devolvê-los.
- **10.4.9.** Será atribuída nota zero à questão que, no cartão-resposta:
 - a) não estiver assinalada;
 - b) contiver mais de uma opção assinalada:
 - c) tiver emenda ou rasura, ainda que legível;
 - d) esteja com campo de marcação não preenchido integralmente.

10.5. A PROVA DISCURSIVA obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Será de caráter eliminatório e classificatório;
- **b)** Somente participarão desta fase os 200(duzentos) primeiros candidatos classificados na prova objetiva, considerando os empatados;
- c) Cada questão avaliará o Anexo 1 Conteúdo Programático, deste Edital e levará em consideração o conhecimento do candidato sobre esse conteúdo, a sua capacidade de aplicar o conhecimento à situação proposta;
- d) Constará de no mínimo 18(dezoito) e no máximo 20(vinte) entre 3 e 4 de cada área do conhecimento, sendo formulada no dia do concurso a partir das 07(sete) horas da manhã e poderão ter 3(três) candidatos presentes para sortear os temas do Edital;
- e) Terá duração de 05(cinco) horas de duração e será realizada em 2(dois) dias, podendo ser alterado pela Banca;
- f) Somente será permitido consultas a Legislação, após verificação do material pela banca examinadora.
- **10.5.1.** Será considerado aprovado na Prova Discursiva o candidato que:
 - a) Não zerar nenhuma das questões;
 - b) Alcançar o mínimo de 30(trinta) pontos em cada área do conhecimento;
 - c) Alcançar 60(sessenta) pontos na média aritmética das áreas;
 - d) Ter pelo menos 03(três) áreas acima de 60(sessenta) pontos.
- **10.5.2.** Ao término das Provas Discursivas, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o caderno de questões da Prova Discursiva ao fiscal de sala, não podendo o mesmo estar rasgado ou com danos que impeçam sua correção, sob pena de eliminação do Concurso Público.
- **10.6.** Por motivo de segurança, os candidatos só poderão ausentar-se, definitivamente, do recinto das provas após 1 (uma) hora contadas a partir do efetivo início das mesmas.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- **10.7.** Ao final das provas, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala e assinarão a Ata de Prova, atestando a idoneidade e a regularidade da finalização da prova.
- 10.8. O candidato deverá comparecer ao local destinado à realização das provas portando caneta esferográfica fabricada em corpo transparente (tinta azul ou preta) e o documento de identidade original com o qual se inscreveu. Não serão aceitos fotocópias, documentos com data de validade vencida, nem protocolos de documentos sem foto.
- 10.9. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade; carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).
- 10.10. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da Prova Prática o documento de identidade original, em virtude de roubo, furto ou perda, deverá mostrar documento que ateste o registro da ocorrência policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Nestes casos, o candidato será submetido à identificação especial (coleta de dados do candidato, assinatura e impressão digital) em formulário próprio.
- **10.11.** Os documentos deverão estar em boas condições, de forma a permitirem, com clareza, a identificação do candidato.
- **10.12.** O candidato não poderá alegar desconhecimento do local de realização da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo alegado, caracterizará desistência do candidato.
- 10.13. Ao candidato, só será permitida a realização da Prova em data, local e horário constantes no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), não havendo, portanto, segunda chamada da mesma. Excepcionalmente, consoante o disposto em 6.11, o local de realização das provas poderá ser mudado, mantendo-se, porém a data e o horário de sua realização.
- **10.14.** Em hipótese alguma, será admitido ingresso de candidato ao local de realização da Prova após o horário fixado para o seu início. O acesso ao local da prova será fechado, impreterivelmente, na hora de início definida no CCI.
- 10.15. Os celulares, relógios (digitais e analógicos) e outros dispositivos eletrônicos serão obrigatoriamente desligados e ficarão de posse do candidato em envelope lacrado, para garantir a lisura do processo, até a saída do candidato do local de prova. Caso o candidato se recuse a lacrar ou viole o envelope sem autorização, ou ainda, se o telefone tocar ou vibrar, mesmo desligado, durante a realização da prova, o fato será registrado em Ata e o candidato eliminado do certame.
- **10.16.** Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares, ou desliguem todos os alarmes garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador, caso esteja ativado.
- **10.17.** Não será permitida a entrada de candidatos portando armas em sala de prova. Os candidatos nesta condição deverão acautelar a arma na coordenação do local de prova.
- **10.18.** Os candidatos poderão ser identificados digitalmente.
- **10.19.** Será considerado eliminado do Concurso Público o candidato que se recusar a ser identificado;
- **10.20.** Não haverá qualquer que seja o motivo alegado prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento do candidato da sala de prova. Será eliminado do Concurso Público aquele que não cumprir o estabelecido.
- **10.21.** Durante a realização das provas, não será permitida, em hipótese alguma, consulta a livros, revistas, textos, notas, códigos, folhetos ou assemelhados. Tampouco será permitida a utilização de protetores auriculares, fones de ouvido e quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como máquinas de calcular, agendas, relógios com calculadora, relógios digitais ou



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

analógicos, walkman, gravador, lap top, palm top, l-pods, l-pads, pager, tablets, notebook telefone celular e outros receptores que possibilitem comunicações a distância, sob pena de desclassificação.

10.22. Será vedado ao candidato retirar-se do recinto das provas sem a devida autorização e/ou acompanhamento de fiscal.

11. DA PROVA ORAL obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Será de caráter Eliminatório e Classificatório;
- **b)** Participarão desta fase todos os candidatos aprovados na prova discursiva;
- c) A prova contemplará as 06(seis) áreas do conhecimento e será realizada no mesmo dia;
- d) Cada candidato irá sortear 02(dois) temas de cada área do conhecimento, totalizando 12(doze) temas para ser avaliado;
- e) A banca é soberana para perguntar qualquer ponto/tema do Edital;
- f) Serão aprovados os candidatos que tiverem no mínimo 50(cinquenta) pontos.
- **11.1.** O tempo de realização da Prova Oral será definido após o resultado da Prova Discursiva, onde será tomado como base a quantidade de candidatos habilitados para essa etapa.

12. DO GABARITO E DOS RECURSOS

- **12.1.** O gabarito da Prova Objetiva está previsto para ser divulgado no dia **23/11/2015**, e o da Prova Discursiva no dia (à **Definir**), a partir das 16h, no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador.
- **12.2.** O candidato poderá solicitar recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no período de **23/11 a 30/11/2015**, da Prova Discursiva no dia **à Definir**, das 16h do primeiro dia até às 12h do último dia. O link dos recursos será bloqueado imediatamente após as 12h do último dia de cada período previsto.
- **12.3.** O recurso as Prova deverá constar da indicação precisa daquilo, em que o candidato se julgar prejudicado, tomando por base apenas as referências bibliográficas sugeridas constantes do Anexo I, com indicação obrigatória do(s) título(s) da(s) referência(s), do(s) capítulo(s) e da(s) página(s) onde o fundamento do recurso é encontrado.
- 12.4. Os candidatos deverão adotar os procedimentos descritos abaixo para solicitar recursos:
 - a) acessar o endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 - Procurador.
 - b) digitar o CPF, senha, código Captcha e enviar; escolher a opção Solicitação de Recurso e clicar no botão Enviar;
 - c) preencher corretamente todos os campos do Formulário de Solicitação de Recurso, discriminando as questões que são objeto de recurso e enviá-lo através do botão específico (ENVIAR);
 - d) caso o candidato não possua acesso à internet para solicitação de recursos, poderá comparecer ao Campus da UERJ, situado à Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, sala 1006, bloco A no horário de 10 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira – dias úteis:



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- **12.5.** Não serão aceitos recursos por via postal, telegrama, fax, email ou qualquer outro meio que não seja o especificado neste Edital, qual seja, o site do CEPUERJ, disponível 24 horas por dia no período de solicitação de recurso.
- **12.6.** Serão indeferidos, liminarmente, os recursos que:
 - a) Não estiverem fundamentados nas referências bibliográficas indicadas no Anexo I;
 - **b)** Forem interpostos fora do período acima descrito;
 - c) Não forem claros e objetivos no pleito;
 - d) Desrespeitarem a banca examinadora ou a equipe organizadora;
 - e) Forem encaminhados através da imprensa e/ou redes sociais on-line.
- **12.7.** Após o julgamento dos recursos, o gabarito inicialmente divulgado poderá ser alterado, e as Provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial. Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos indistintamente a todos os candidatos que não os tiverem obtido na correção inicial.
- **12.8.** Caso haja provimento dos pedidos de recursos referentes às provas, haverá divulgação de novo gabarito (gabarito pósrecurso), a ser publicado no site do CEPUERJ.
- **12.9.** A resposta aos recursos da Prova Objetiva está prevista para divulgação no dia **15/01/2016**, o da Prova Discursiva no dia **à Definir**, a partir das 16h, no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador.
- **12.10.** A decisão final da Banca Examinadora quanto aos recursos das Provas constitui última instância para recursos e revisão, sendo ela soberana em suas decisões, razão pela qual serão indeferidos, liminarmente, recursos ou revisões adicionais.
- **12.11.** O CEPUERJ não se responsabiliza por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como, outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- **12.12.** O cartão resposta poderá ser visualizado no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador, no período de **01/12 a 10/12/2015**.

13. NOTA DA PROVA OBJETIVA

13.1. A nota da Prova Objetiva será divulgada no dia 15/01/2016, no eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 - Procurador.

14. NOTA PRELIMINAR DA PROVA DISCURSIVA

- 14.1. A nota preliminar da Prova Discursiva será divulgada no dia à Definir, no eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador.
- **14.2.** Os candidatos poderão solicitar revisão da nota preliminar da Prova Discursiva no período de **à Definir**. O link dos recursos será bloqueado imediatamente após às 17h do último dia do período previsto.
- **14.3.** O recurso à nota deverá constar da indicação precisa daquilo que o candidato se julgar prejudicado, tomando por base apenas o seu desempenho e o gabarito divulgado.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- **14.4.** Os candidatos deverão adotar os procedimentos descritos abaixo para solicitar recursos:
 - a) acessar o endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador;
 - b) digitar o CPF, senha, código "Capitcha" e enviar; escolher a opção Solicitação de Recurso e clicar no botão enviar;
 - c) preencher corretamente todos os campos do Formulário de Solicitação de Recurso, discriminando a(s) questão (ões) que é (são) objetivo de recurso e enviá-lo através do botão específico (ENVIAR);
 - d) caso o candidato não possua acesso à Internet para a solicitação de recursos, poderá comparecer ao Campus da UERJ, situado à Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, sala 1006, bloco A, no horário de 10h às 17h, de 2ª a 6ª feira dias úteis.
- **14.5.** Não serão aceitos recursos por via postal, telegrama, fax, e-mail, ou qualquer outro meio que não seja o especificado neste edital, qual seja, o site do CEPUERJ, disponível 24 horas por dia no período de solicitação de recurso.
- **14.6.** Serão indeferidos, liminarmente, os recursos que:
 - a) não estiverem fundamentados nas referências bibliográficas indicadas no Anexo II;
 - **b)** forem interpostos fora do período acima descrito;
 - c) não forem claros e objetivos no pleito;
 - d) desrespeitarem a banca examinadora ou a equipe organizadora;
 - e) forem encaminhados através da imprensa e/ou redes sociais on-line.
- **14.7.** Após o julgamento dos recursos, o resultado inicialmente divulgado poderá ser alterado, e as pontuações serão corrigidas.
- 14.8. A resposta aos recursos está prevista para divulgação no dia à Definir, a partir das 16h, no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador.
- **14.9.** A decisão final da banca examinadora quanto aos recursos das provas práticas constitui a última instância para recursos e revisão, sendo ela soberana em suas decisões, razão pela qual serão indeferidos, liminarmente, recursos ou revisões adicionais.
- **14.10.** O CEPUERJ não se responsabiliza por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

15. NOTA DA PROVA ORAL

15.1. A nota da Prova Objetiva será divulgada no dia à Definir, no eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 - Procurador.

16. NOTA FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

16.1. A nota final de classificação, a ser divulgada no dia **à Definir**, para cada candidato aprovado, será a soma das notas das Provas Objetiva, Discursiva e Oral.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- **16.2.** Ocorrendo igualdade de nota final de classificação, o desempate será definido considerando-se os critérios abaixo, na seguinte ordem:
 - a) Maior idade, a partir dos 60 (sessenta) anos. (Lei do Idoso)
 - b) Maior nota na Prova Discursiva
 - c) Prova Oral;
 - d) Maior nota na Prova Objetiva.
 - e) Maior idade, dentre os candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos.
 - f) Sorteio Público para empates persistentes

17. HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

- **17.1.** O concurso terá validade de até 02(dois) anos, a partir da data de publicação, na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período ou prazo original de validade, a critério da SRH.
- **17.2.** O resultado final incluirá somente os candidatos aprovados, de acordo com os critérios previstos no edital, por ordem decrescente de nota final, e será apresentado em três listas, da seguinte forma:
 - a) Geral, com todos os candidatos;
 - b) Específica dos candidatos concorrentes às vagas reservadas para pessoas com deficiência;
 - c) Específica dos candidatos concorrentes às vagas reservadas aos autodeclarados negros ou índios.
- **17.3.** O candidato concorrente à vaga reservada que estiver, na lista geral, classificado dentro do número de vagas que forem disponibilizadas, será convocado nessa última condição, disponibilizando a vaga para o próximo candidato da lista de reserva de vagas.
- **17.4.** Na apuração da nota final de classificação, quando a divisão não for exata, levar-se-á em conta a fração resultante com duas casas decimais, sem arredondamento.
- 17.5. O resultado final do concurso, na forma estipulada do subitem 16.1, após a homologação pela Superintendência de Recursos Humanos, será divulgado através de publicação na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br, Concursos em Andamento, link Concurso UERJ 2015 Procurador e as etapas subsequentes serão encaminhadas conforme consta no item 1.4.

18. EXAME MÉDICO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

- **18.1.** O Exame médico admissional terá por objetivo avaliar as condições físicas e mentais do candidato, considerando-se as exigências das atividades inerentes ao cargo/perfil.
- **18.2.** Para fins de nomeação, o candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas fixado neste Edital será convocado pela SRH através de edital de convocação publicado no DOERJ e por e-mail ou telegrama, para submeter-se ao exame médico admissional e apresentar a documentação, conforme definido no subitem **19.2.**
- **18.3.** Os candidatos convocados para a realização de exame médico admissional deverão portar documento de identidade original.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- 18.4. O exame médico admissional será realizado no município do Rio de Janeiro, em local designado pelo DESSAUDE/SRH.
- **18.5.** O preenchimento integral da ficha pré-admissional pelo candidato é parte integrante do exame médico admissional, de cunho obrigatório.
- **18.6.** Os candidatos com deficiência convocados serão submetidos à Comissão Avaliadora, que emitirá decisão conclusiva sobre a qualificação do candidato e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo que pretende ocupar.
- 18.7. No exame médico admissional não serão atribuídas notas, sendo o candidato apenas qualificado como "apto" ou "inapto".

19. DOS REQUISITOS PARA OCUPAÇÃO DO CARGO

- **19.1.** Os candidatos convocados deverão comprovar os requisitos listados abaixo:
 - a) Ter diploma de conclusão de graduação na área de direito em instituição e curso reconhecidos pelo MEC;
 - b) Ter Registro Profissional na Ordem dos Advogados do Brasil;
 - c) Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, de acordo com critérios estipulados no Edital, seus anexos e retificações;
 - d) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data de efetivo início do exercício no cargo;
 - e) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
 - f) Gozar de direitos políticos;
 - g) Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
 - h) Estar inscrito regularmente no Cadastro de Pessoas Físicas;
 - i) Ter nacionalidade brasileira. No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma da legislação vigente. No caso de estrangeiros, possuir visto permanente;
 - j) Ser considerado apto física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo no exame médico de avaliação admissional, pelo DESSAUDE/SRH;
 - **k)** Possuir os documentos definidos para a nomeação, indicados no item 19.2, e outros que se fizerem necessários, quando da convocação para nomeação.
- **19.2.** O candidato aprovado no Concurso Público, ao atender à convocação, deverá apresentar a documentação (original e cópia), conforme mencionado a seguir:
 - a) 03(três) fotos 3x4 recentes;
 - b) Certidão de comprovação do estado civil;
 - c) CPF:
 - d) Documento de Identidade;
 - e) PIS, PASEP ou NIT;
 - f) Visto permanente, se estrangeiro;
 - g) Comprovante de escolaridade correspondente ao nível de atividade indicado;
 - h) Registro profissional com comprovante de anuidade paga do ano vigente;
 - i) Certidão de quitação eleitoral (obtida no site www.tre-rj.gov.br);



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- j) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;
- k) Caderneta de vacinação, guanto for atuar em área de atendimento à saúde ou quando indicado pela SRH;
- I) Comprovante de residência no nome do candidato, referente ao mês vigente ou ao mês anterior. Serão considerados como comprovantes as contas de concessionárias de prestação de serviços, extrato de cartão e correspondência bancária;
- m) Comprovante de titularidade de conta corrente no banco Bradesco, caso possua;
- n) Comprovante de experiência profissional, se previsto no edital do concurso;
- o) Outros documentos que se façam necessários.
- **18.1.1** A documentação poderá ser entregue por terceiros, mediante apresentação de procuração pública ou particular. Sendo particular, deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com designação, a extensão dos poderes conferidos e com firma reconhecida, juntando, em qualquer caso, cópia da identificação do procurador.
- **19.3.** Para fins de nomeação, o candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas autorizadas será convocado pela SRH, através de edital específico publicado na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para submeter-se ao exame médico de avaliação admissional e apresentar a documentação exigida, no prazo e local definidos.
- 19.4. O candidato, uma vez convocado, se residir em local diverso, deverá se deslocar com recursos próprios.
- **19.5.** O candidato convocado poderá abrir mão de sua posição na ordem de classificação e optar por permanecer entre os aprovados, em último lugar, aguardando futura convocação, desde que haja outro(s) candidato(s) remanescente(s), caso em que se procederá à imediata convocação do candidato subsequente.
- **19.6.** Se o candidato remanescente convocado for único, a não aceitação da proposta implicará na desistência do mesmo e no automático encerramento da validade do Concurso Público.
- **19.7.** O candidato que for considerado apto nas etapas de exame médico admissional e de análise da documentação será nomeado, através de portaria publicada na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
- **19.8.** Será eliminado do concurso o candidato que não se apresentar no prazo de 8 (oito) dias, contados a partir da publicação da convocação na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, não cabendo qualquer recurso. A SRH convocará o candidato subsequente, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

- **20.1.** Não será permitido ao candidato entrar na sala de prova portando armas, celulares, relógios digitais ou analógicos, aparelhos eletrônicos de qualquer espécie, como também, o uso de óculos escuros ou quaisquer acessórios como bonés, chapéu, gorro, cachecol, etc. ou protetores auriculares.
- **20.2.** São de inteira responsabilidade do candidato o fornecimento de informações e a atualização de seu endereço residencial, email e telefones de contato junto ao CEPUERJ e a SRH enquanto o Concurso Público estiver dentro do prazo de validade, não se responsabilizando a SRH e o CEPUERJ por eventuais prejuízos que possa sofrer o candidato em decorrência de informações incorretas ou insuficientes.
- **20.3.** Não será permitido ao candidato fumar no local da prova, conforme Lei Estadual nº 5.517 de 17/08/2009 e Decreto Estadual nº 41.121 de 16/11/2009.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- 20.4. Será eliminado do Concurso Público, em qualquer de suas fases, o candidato que:
 - a) Apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida gualquer tolerância;
 - b) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
 - c) Ausentar-se da sala de Provas sem o acompanhamento do fiscal após ter assinado a lista de frequência;
 - d) Ausentar-se do local de Provas antes de decorrida 1 (uma) hora do seu início;
 - e) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não o autorizado pelo CEPUERJ;
 - f) Ausentar-se da sala de Provas levando o cartão-resposta ou outros materiais não permitidos;
 - g) Portar ou utilizar armas durante a realização da prova, mesmo que possua o respectivo porte;
 - h) Utilizar-se de processos ilícitos na realização das Provas, comprováveis por meio eletrônico, estatístico, mecânico, visual ou grafotécnico, ainda que a constatação ocorra posteriormente;
 - i) Estiver portando ou no uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais ou analógicos, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, IPhone, Tablet, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares dentro do período de realização da Prova ou fora do envelope lacrado;
 - j) Comportar-se de modo a perturbar a realização das Provas pelos demais candidatos, causando-lhes evidente prejuízo;
 - **k)** Deixar de assinar a lista de presença;
 - I) Deixar de apresentar os documentos solicitados no prazo estabelecido;
 - m) Agir com desrespeito para com qualquer membro da equipe de organização do Concurso Público;
 - n) Utilizar caneta ou lapiseira fabricada em material não transparente;
 - o) Recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
 - p) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação ou impresso não permitidos, ou máquina calculadora ou similar;
 - **q)** Recursar-se a transcrever a frase para posterior exame grafológico;
 - r) Não permitir a coleta da sua assinatura;
 - s) Não atender às determinações estabelecidas neste Edital.
- **20.5.** A eliminação do Concurso Público de um candidato pelas razões indicadas neste Edital será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
- **20.6.** Decorridos 10 (anos) anos da realização do Concurso Público, todos os documentos e processos a ele relativos serão incinerados, independente de qualquer formalidade.
- **20.7.** O CEPUERJ não fornecerá declarações de aprovação no Certame, valendo como declaração, a publicação do resultado final no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
- **20.8.** A constatação, a qualquer tempo, de que o candidato prestou qualquer informação fraudulenta, acarretará sua eliminação deste Concurso Público. No caso de já ter tomado posse, será exonerado, depois de assegurado o direito de ampla defesa, sem prejuízo das demais medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis ao caso.
- **20.9.** O CEPUERJ divulgará, sempre que necessário, editais, normas complementares e avisos oficiais sobre o Concurso Público, que passarão a integrar o presente Edital.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- **20.10.** O CEPUERJ e a SRH não se responsabilizam por cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.
- **20.11.** As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e a sua apresentação para a contratação e exercício correrão a expensas do próprio candidato.
- 20.12. Todos os horários citados neste Edital referem-se à hora oficial de Brasília.
- **20.13.** O CEPUERJ manterá em cada sala de prova um relógio de tempo, a fim de acompanhamento por parte do candidato do horário da prova.
- **20.14.** Todos os atos relativos ao certame serão publicados (na íntegra ou extrato) no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no site do CEPUERJ.
- **20.15.** Não haverá justificativa para o não cumprimento dos prazos determinados, nem serão aceitos documentos após as datas estabelecidas.
- 20.16. As legislações publicadas após a divulgação deste Edital não serão consideradas para fins de alterações no Certame.
- 20.17. Os candidatos inscritos no Certame ficam obrigados a acompanhar no site do CEPUERJ, como também no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro todas as comunicações e convocações que se façam necessárias até o prazo de validade do Concurso Público.
- **20.18.** O CEPUERJ poderá enviar aos candidatos SMS ou e-mail com informações adicionais ou complementares, sendo responsabilidade exclusiva do candidato o acesso e a atualização da caixa de mensagens e do correio eletrônico.
- **20.19.** Não serão fornecidas por telefone, informações quanto às notas, resultado parcial e/ou final de candidatos, bem como quaisquer documentos comprobatórios de classificação, devendo o candidato se informar através do site www.cepuerj.uerj.br.
- **20.20.** As informações obtidas por meio de contato telefônico junto ao CEPUERJ e a SRH não se revestem de caráter oficial, devendo o candidato utilizar-se dos meios indicados no edital do Concurso Público para informar-se sobre todas as datas, locais e horários de realização das provas.
- **20.21.** Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em cumprimento ao preconizado no art. 31, da Lei Federal nº 12.527/2011.
- 20.22. Após retirar-se do local em que realizou a prova, o candidato não poderá retornar em hipótese alguma.
- 20.23. Os casos omissos serão decididos pela SRH e pelo Centro de Produção da UERJ no que couber a cada um.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

ANEXO I CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL:

TEMA 1

- A) Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades.
- B) Interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional. Tipologia e eficácia das normas constitucionais.
- C) Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: materiais, circunstanciais e temporais.
- D) Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias.

TEMA 2

- A) O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e Parlamentarismo.
- B) O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual.
- C) Funcionário público. Noções gerais. Regime jurídico e suas características específicas. Natureza, extensão e conteúdo do diploma estatutário. Normas e institutos constitucionais e infraconstitucionais pertinentes. Aspectos e institutos específicos do regime jurídico do servidor público. Contratação temporária.
- D) Cargos, empregos e funções públicas. Criação, transformação e extinção de cargos. Acesso. Concurso público. Provimento. Vacância. Estabilidade e efetividade. Exoneração. Desvio de função.
- E) Direitos e vantagens dos funcionários públicos. Sistema remuneratório. Subsídio. Vencimento. Teto remuneratório. Vantagens pecuniárias. Adicionais, gratificações. Incorporação e extensão de vantagens. Acumulação.

- A) Teoria dos direitos fundamentais. Natureza, aplicação, conflitos entre direitos fundamentais. Aplicação de tratados internacionais em matéria de direitos humanos. Constitucionalização das relações sociais.
- B) Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Liberdade, igualdade, devido processo legal, inviolabilidade do domicílio, sigilo das comunicações, propriedade e sua função social, direitos constitucionais dos presos e outros.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- C) Direito à Educação. Universidade pública. Autonomia universitária. Ensino, Extensão e Pesquisa. Política afirmativa.
- D) Ações constitucionais. Habeas corpus. Mandados de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. Habeas data e legislação aplicável.

TEMA 4

- A) Direitos políticos.
- B) Direitos sociais e difusos. Direito à Saúde. Conflitos envolvendo a judicialização de políticas públicas.
- C) Ordem social. Princípios. Seguridade social. Educação, cultura e desporto.
- D) Regime de precatórios.

TEMA 5

- A) Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas e legislativas. Autonomia dos entes federativos. Autonomia universitária. Intervenção federal e estadual.
- B) Mecanismos federativos de integração e de cooperação: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- C) Os Estados-membros da Federação. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. Serviços públicos de titularidade estadual. As Constituições Estaduais. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados. Royalties e participações especiais.
- D) O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios de organização e competências municipais. Lei Orgânica do Município.

- A) Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Invasões de competência. Controle judicial de politicas públicas.
- B) Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito federais e estaduais: objeto, poderes e limites.
- C) Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Processo legislativo.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

TEMA 7

- A) Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Governador do Estado. Prefeito Municipal. Mandato. Atribuições. Responsabilidade. Foro competente. Secretários de Estado.
- B) Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Decreto autônomo e independente.
- C) Administração Pública e sua evolução. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Direitos e deveres. Acumulação. Previdência pública. Licitação.
- D) Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Controle interno. Forças Armadas. Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Guarda Municipal.

TEMA 8

- A) Competências originárias e recursais do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça. Recursos ordinário, extraordinário e especial. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Repercussão geral.
- B) Órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competências do Tribunal de Justiça. Varas de Fazenda Pública.
- C) Advocacia Pública. Ministério Público. Defensoria Pública. Procuradoria autárquica. Funções essenciais à Justiça.

TEMA 9

- A) Finanças públicas. Orçamento. Princípios constitucionais federais e estaduais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas: competências.
- B) Empréstimos externos contraídos por Estado ou Município. Royalties e participações especiais. Transferências voluntárias e retenção de receitas públicas.
- C) Sistema Tributário Nacional. Competências tributárias da União, dos Estados e dos Municípios. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade.

- A) Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica.
- B) Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.
- C) O meio ambiente na Constituição Federal. Normas constitucionais de direito ambiental. Repartição de competências federativas em matéria ambiental. Espaços territoriais especialmente protegidos. Externalidades ambientais. Princípios do Direito Ambiental. Responsabilidade pelo dano ambiental.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

DIREITO ADMINISTRATIVO:

TEMA 1

- A) Direito Administrativo. Conceito. Taxonomia. Princípios explícitos e implícitos. Interpretação. Tendências contemporâneas.
- B) Discricionariedade. Conceito. Limites. Controle de legalidade. Desvio de poder. Razoabilidade e proporcionalidade. Teoria dos motivos determinantes.
- C) Ato e Processo administrativo. Noções gerais. Elementos. Características. Desfazimento: anulação e revogação. Sanatória voluntária. Prescrição. Lei 5.427/2009 do Estado do Rio de Janeiro.

TEMA 2

- A) Organização administrativa. Noções gerais. Descentralização administrativa. Administração direta e indireta. Pessoas administrativas: pessoas políticas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e outras entidades privadas delegatárias. Participação estatal minoritária em sociedade privada.
- B) Administração Pública gerencial e de resultados. Administração associada. Terceiro setor. Delegação social. Organizações sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, entidades de utilidade pública, serviços sociais autônomos e "outras entidades públicas". Fomento público. Parcerias público-privadas.
- B) Servidor público. Noções gerais. Regime jurídico e suas características específicas. Natureza, extensão e conteúdo do diploma estatutário. Normas e institutos constitucionais e infraconstitucionais pertinentes. Aspectos e institutos específicos do regime jurídico do servidor público. Contratação temporária. Emprego público.
- C) Cargos, empregos e funções públicas. Criação, transformação e extinção de cargos. Acesso. Concurso público. Provimento. Vacância. Estabilidade e efetividade. Exoneração. Desvio de função.
- D) Direitos e vantagens dos servidores e empregados públicos. Sistema remuneratório. Subsídio. Vencimento. Teto remuneratório. Vantagens pecuniárias. Adicionais, gratificações. Incorporação e extensão de vantagens. Acumulação.

- A) Distinção entre acordos, contratos e convênios. Contratos da Administração e contratos administrativos.
- B) Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Formalização, alteração, execução e inexecução. Equilíbrio Econômico- Financeiro. Revisão, reajustamento, repactuação e prorrogação. Desfazimento e consequências. Anulação e revogação. Cláusula exorbitante. Arbitragem.
- C) Licitações. Princípios. Competência legislativa. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão presencial e pregão eletrônico. Habilitação. Julgamento. Recursos. Adjudicação e homologação. Função regulatória das licitações. Licitações sustentáveis.
- D) Regime Diferenciado de Contratação.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

TEMA 4

- A) Pactos bilaterais e multilaterais de natureza não contratual. Atos complexos ou atos união. Elementos característicos. Espécies. Desfazimento e consequência. Consórcios administrativos e Consórcios públicos. Contratos de programa. Contratos de rateio. Contratos de gestão e termos de parcerias. Lei nº 13.019/2014.
- B) Ordem Econômica. Fundamentos e princípios.
- C) Atuação do Estado no domínio econômico. Planejamento. Fomento. Defesa da concorrência.
- D) Regime de precatórios.

TEMA 5

- A) Serviços públicos. Noções gerais. Princípios informativos específicos. Competência da União, dos Estados e dos Municípios. Formas de execução. Delegação. Concessão. Permissão. Autorização. Parcerias público-privadas. Gestão associada dos serviços públicos. Poder concedente. Concessionário e Usuários. CDC.
- B) Tarifa e Preço. Modelos tarifários. Receitas alternativas, complementares, acessórias e projetos associados. Retomada do serviço. Encampação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço.
- C) Desapropriação. Noções gerais. Tipos constitucionais. Fundamentos. Objeto. Beneficiários. Desapropriação indireta, parcial e por zona. Direito de extensão. Procedimento administrativo. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocessão.
- D) Desestatização. Privatização. Delegação. Terceirização. Responsabilidade subsidiária. ADC nº 16. Despolitização. Participação. Consensualidade. Agentes e órgãos reguladores. Características. A atividade de regulação. Regulação normativa, executiva e judicante. Deslegalização. Agências reguladoras. Controle da atividade regulatória.

- A) Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Domínio terrestre. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Domínio hídrico. Regime das águas. Domínio aéreo. Rodovias. Bens reservados e faixa de domínio. Compartilhamento de infraestrutura. Livre acesso e interconexão obrigatória.
- B) Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, concessão de direito real de uso, concessão de uso, cessão, permissão e autorização de uso, incorporação ao capital de sociedade, dação em pagamento, usucapião, investidura e concurso voluntário.
- C) Direito urbanístico. Competências constitucionais. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Projeto de urbanização. Estatuto da Metrópole.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

TEMA 7

- A) Polícia administrativa. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Atividades comunicadas. Espécies de poder de polícia. Polícias de costumes e diversões; de comunicações; sanitária; de viação e trânsito; de comércio e indústria; de profissões; ambiental; e de segurança pública. Partilha constitucional da competência de polícia administrativa. Acordos substitutivos.
- B) Poderes e deveres dos administradores públicos. Poder hierárquico e Poder disciplinar. Poder regulamentar. Decreto autônomo, independente e regulamentar.
- C) Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco.
- D) Meio ambiente. Normas de proteção ecológica. Política Nacional de Meio Ambiente. Competência em matéria ambiental. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Poder de polícia ambiental. Licença ambiental: conceito e tipos.

TEMA 8

- A) Gestão financeira. Orçamento. Orçamento autorizativo e vinculativo. Receita e despesa. Execução orçamentária. Estágio da Despesa pública. Execução orçamentária. Transposição, remanejamento e transferência de recursos.
- B) Responsabilidade fiscal. Endividamento público: limites e competência. Empréstimos externos. Títulos reajustáveis. Fundos. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Operações de créditos. Antecipação de receita orçamentária.
- C) Sistemas de controle externo e interno. Tribunais e Conselhos de Contas.
- D) Pactos bilaterais e multilaterais de natureza não-contratual. Atos complexos ou atos-união. Elementos característicos. Espécies. Desfazimento e consequências. Consórcio administrativos e Consórcio Públicos. Contrato de Programa. Contrato de rateio.

TEMA 9

- A) Responsabilidade civil do Estado e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. Responsabilidade Civil das agências reguladoras. Noções gerais. Responsabilidade objetiva. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Atos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Instituições financeiras públicas e responsabilidade de seus administradores.
- B) Responsabilidade do Estado por atos da Administração, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.
- C) Responsabilidade dos agentes políticos. Responsabilidade civil, administrativa e penal dos servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Sindicância e inquérito. Sanções administrativas. Improbidade administrativa. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

TEMA 10

- A) Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Controle jurisdicional e autocontrole. Contencioso administrativo. Meios específicos do controle jurisdicional. Conciliação e arbitramento. Controle nterno de legalidade. Advocacia Pública. Regime legal de combate a corrupção na Administração Pública. Improbidade Administrativa. Lei Anticorrupação.
- B) Garantias e ações constitucionais dos administrados. Juridicidade. O controle de legalidade pelo habeas corpus, mandados de segurança individual e coletivo, habeas data, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
- C) Processo administrativo. Lei Estadual nº 5.427/09. Princípios constitucionais. Direito a informações e certidões. Requisições de processos. Direito de petição aos Poderes Públicos.
- D) Autonomia Universitária. Direito à educação. Extensão, pesquisa e ensino. Política afirmativa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

TEMA 1

- A) O Direito e os conflitos de interesses. O acesso ao Direito e à Justiça. Normas fundamentais do processo civil. Princípios gerais do processo civil. Fontes. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal. Critérios.
- B) Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites. Competência. Critérios determinadores. Competência internacional e interna. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições. Perpetuação da jurisdição. Prorrogação e prevenção.
- C) Meios alternativos de solução de conflitos: conciliação, mediação e arbitragem. Participação da Administração Pública.

TEMA 2

- A) Direito de ação. Natureza jurídica. Conceito e principais correntes doutrinárias. Elementos. Condições. Classificação e critérios identificadores. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência.
- B) Processo: noções gerais. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.

TEMA 3

A) Sujeitos processuais. Juiz. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidade. Pronunciamentos. Impedimentos e suspeição. Organização judiciária federal e estadual. Auxiliares da Justiça.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- B) Sujeitos Processuais. Partes. Deveres e responsabilidades. Capacidade e legitimação. Representação e substituição processual. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus curiae.
- C) Sujeitos Processuais. Ministério Público. Direitos, deveres e formas de atuação. Procuradores. Defensoria Pública. Advogados. Advocacia Pública. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. Intervenção das Pessoas Jurídicas de Direito Público. Representação Judicial dos entes que integram a Administração Pública.

TEMA 4

- A) Fatos jurídicos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades. Preclusão. Negócios jurídicos processuais.
- B) Procedimento comum. Fases. Prescrição. Petição inicial. Requisitos. Emenda. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Resposta do réu. Impulso processual. Inércia processual. Contumácia. Revelia. Formação, suspensão e extinção do processo.
- C) Processo eletrônico na legislação.

TEMA 5

- A) Resposta do réu. Contestação. Exceções. Impugnações. Reconvenção. Ação declaratória incidental. Incidentes processuais.
- B) Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento antecipado da lide. Julgamento antecipado parcial da lide. Saneamento e organização do processo. Audiências de conciliação/mediação, preliminar e de saneamento.
- C) Prova. Princípios sobre prova. Ônus da prova. Fatos que independem de prova. Poderes instrutórios do juiz. Ação de produção antecipada de prova. Depoimento pessoal. Confissão. Prova documental. Exibição de documentos ou coisas. Incidente de falsidade documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Exame e valoração da prova. Prova emprestada. Audiência de instrução e julgamento.

TEMA 6

- A) Tutelas provisórias. Tutela de urgência antecipada. Tutela de urgência cautelar. Tutelas de urgência nos tribunais. Tutela da evidência.
- B) Suspensão de liminar e suspensão de sentença. Cabimento e restrições à concessão de liminares contra o Poder Público.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- A) Sentença. Conceito. Classificações. Espécies. Requisitos. Capítulos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. Coisa julgada. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Limites subjetivos e objetivos.
- B) Meios de impugnação contra decisões interlocutórias e sentenças. Teoria geral dos recursos. Princípios. Efeitos. Classificação. Espécies. Disposições gerais. Ordem dos processos nos tribunais. Recursos ordinários. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Embargos infringentes. Remessa necessária. Ação rescisória.
- C) Recursos para os tribunais superiores. Recurso ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Regras comuns. Regras especiais.
- D) Precedentes e casos repetitivos. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Recursos excepcionais repetitivos. Embargos de divergência. Reclamação. Súmulas. Súmula vinculante.

TEMA 8

- A) Execução. Teoria geral. Princípios. Regras. Espécies. Competência. Legitimidade. Título executivo. Execução provisória. Responsabilidade patrimonial. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução.
- B) Liquidação de sentença. Espécies. Procedimento. Cumprimento da sentença. Procedimento.
- C) Execução de título extrajudicial. Procedimento.
- D) Execuções especiais. Execução contra a Fazenda Pública. Espécies. Precatórios. Requisições de pequeno valor. Execução fiscal.
- E) Defesas do executado. Exceção de pré-executividade. Impugnação do executado. Embargos pela Fazenda Pública. Embargos à execução fiscal. Embargos de terceiro.

TEMA 9

- A) Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Generalidades. Características. Procedimentos em espécie.
- B) Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Procedimento comum. Procedimentos em espécie.
- C) Proteção de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ação popular. Ação civil pública. Inquérito civil público. Ação de improbidade administrativa.

- A) Mandado de segurança. Mandado de injunção. Mandado de segurança coletivo. Habeas data.
- B) O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Medida cautelar. Declaração incidental de inconstitucionalidade. Ações civis constitucionais. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- C) Juizado Especial da Fazenda Pública. Prerrogativas. Procedimentos. Recursos.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO:

TEMA 1

- A) Caracterização e posição do Direito Tributário no quadro do Direito. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Fundamentos da tributação. Estado Fiscal. Extrafiscalidade tributária.
- B) Sistema tributário nacional. Tributo: conceito, classificação, espécies. Sistema internacional tributário. Competência interna e externa: elementos de conexão.
- C) A distribuição da competência legislativa tributária. Federalismo fiscal. Repartição das receitas tributárias. Fundo de participação dos Estados e do Distrito Federal. Fundo de participação dos municípios. Retenção de recursos. Hipóteses.

TEMA 2

- A) Princípios gerais do direito tributário. Normas, princípios e regras. Princípios constitucionais tributários.
- B) Processo legislativo tributário: Emenda Constitucional, Lei Complementar Tributária, Lei Ordinária e Medida Provisória, Decreto Legislativo, Resoluções do Senado, Tratados e Convenções Internacionais.
- C) Controle da constitucionalidade da lei tributária. O controle incidental. A Ação Direta de Inconstitucionalidade. A Declaração de Constitucionalidade. Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade.
- D) O princípio da capacidade contributiva: progressividade, proporcionalidade, regressividade, seletividade, universalidade e personalização. Isonomia tributária e proibição de desigualdade. Os princípios aplicáveis às taxas e às contribuições.
- E) Os princípios de segurança jurídica. Legalidade tributária. Tipicidade. Anterioridade. Irretroatividade.

TEMA 3

- A) Legislação tributária: conceito, vigência e aplicação.
- B) Lei ordinária, decreto e regulamento tributários. Lei complementar. Medida provisória.
- C) Normas complementares.
- D) Interpretação e integração do Direito Tributário. A correção das antinomias.

- A) Obrigação e crédito tributário. Obrigação principal e acessória.
- B) Fato gerador. O conceito de fato gerador e sua importância. Natureza jurídica: situações jurídicas e situações de fato. Fato gerador e hipótese de incidência. Evasão e elisão fiscal. Normas antielisivas. Hipotese de incidência tributária.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- C) Fato gerador: classificação. Tempo do fato gerador. Lugar do fato gerador.
- D) Imunidade. Isenção, não incidência, anistia e remissão. Redução de base de cálculo. Alíquota zero.
- E) Fato gerador: aspectos objetivos, subjetivos, temporais, espaciais e quantitativos. Base de cálculo e alíquota.

TEMA 5

- A) Sujeito ativo e sujeito passivo.
- B) Sujeito ativo e delegação de competência. Modificação do sujeito ativo por desmembramento constitucional. Sujeito ativo e titularidade do produto de arrecadação do tributo.
- C) Sujeito passivo. Contribuinte e responsável. Solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário.
- D) Responsabilidade tributária dos sucessores, de terceiros e por infrações. Substituição tributária: modalidades.

TEMA 6

- A) Lançamento e suas modalidades.
- B) Suspensão e extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência.
- C) Repetição do indébito.
- D) Garantias e privilégios do crédito tributário.
- E) Infrações e sanções em matéria tributária. A natureza das penalidades tributárias.

TEMA 7

- A) Processo tributário judicial. Dívida ativa. Execução fiscal. Medida cautelar fiscal. Ação de repetição de indébito. Embargos à execução. Mandado de segurança. Ações declaratórias, anulatórias e de consignação em pagamento. Medidas cautelares. Ação rescisória. Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Privilégios. Contencioso fiscal. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. Depósito.
- B) Processo Tributário Administrativo. Natureza. Princípios constitucionais aplicáveis. Conselho de Contribuintes. Consulta tributária. Recurso administrativo Decreto federal 70.235/72. Conselho Administrativo de Recursos Fazendários. Regimento interno. Competências. Modalidades recursais administrativas

- A) Finanças públicas. Normas gerais. Orçamentos. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamentos anuais. Créditos adicionais, suplementares e especiais. Vedações. Normas previstas na Constituição. Princípios orçamentários.
- B) Lei n. 4.320/64. Lei estadual 287/79. Lei de Orçamento. Receita e despesa. Proposta orçamentária. Elaboração da Lei de Orçamento. Exercício financeiro. Execução do orçamento. Fundos especiais. Controle da execução orçamentária. Remanejamento, transposição e transferência de recursos.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

TEMA 9

- A) Lei de Responsabilidade Fiscal. Disposições preliminares. Planejamento. Receita pública. Despesa pública. Transferências voluntárias. Exigências para realização das transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Dívida e endividamento. Gestão patrimonial. Transparência, controle e fiscalização.
- B) Empréstimos externos contraídos por Estado ou Município. Royalties e participações especiais. Transferências voluntárias e retenção de receitas públicas.
- C) Sistemas de controle externo e interno. Tribunais e Conselhos de Contas.
- D) Regime de precatórios.

TEMA 10

- A) Tributos federais.
- B) Tributos estaduais.
- C) Tributos Municipais.
- D) Contribuição de melhoria. Contribuições sociais, econômicas e profissionais. Contribuições sociais dos Estados. Empréstimo compulsório. Contribuições ao Regime Geral de Previdência. Taxas. Preços públicos. Taxa judiciária, custas e emolumentos.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL:

TEMA 1

- A) Direito objetivo. Norma jurídica: características, elementos e classificação. Fontes do direito. Vigência, validade, eficácia, aplicação, hierarquia e revogação. Interpretação das leis. Conflito intertemporal e interespacial das leis.
- B) Direito subjetivo. Direito Potestativo. Faculdades e interesses. Direito adquirido e expectativa de direito.
- C) Pessoas. Pessoa natural: começo, fim, personalidade, capacidade e legitimidade, cessação da incapacidade, emancipação, registro civil e nome. Pessoa jurídica: conceito e classificação. Associações. Fundações. Domicílio. Ausência. Desconsideração da personalidade jurídica. Direitos da personalidade.

- A) Bens. Classificações. Bens públicos e privados: regime jurídico. Estabelecimento empresarial. Ações e debêntures. Capital Social. Patrimônio. Fundos de investimentos.
- B) Fatos, atos e negócios jurídicos: conceito, classificação, defeitos, modalidades, elementos, forma e prova. Existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos. Representação. Nulidade e anulabilidade. Princípio da conservação dos negócios jurídicos.
- C) Prescrição e decadência.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

TEMA 3

- A) Teoria Geral das Obrigações. Conceito e elementos essenciais. Modalidades.
- B) Fontes e efeitos das obrigações. Transmissão das obrigações. Cessão de direitos. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Mora. Extinção e inexecução. Dívidas de valor. Correção monetária. Perdas e danos. Cláusula penal. Juros. Arras.
- C) Teoria da imprevisão. Caso fortuito e força maior.
- D) Contrato de Sociedade. Subscrição e integralização de capital.

TEMA 4

- A) Concurso de credores. Falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial. Liquidação da Sociedade.
- B) Contratos. Conceito, formação do vínculo e classificações. Conexão de contratos. Responsabilidade précontratual. Contrato preliminar. Contrato plurilateral. Promessa de dato de terceiro. Função social do contrato. Boafé. Cessão de contrato. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública.
- C) Evicção. Vícios redibitórios. Estipulação em favor de terceiros. Contrato com pessoa a declarar. Exceção de contrato não cumprido. Resolução, distrato, arrependimento e erros. Subscrição de capital.

TEMA 5

- A) Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.
- B) Código de Defesa do Consumidor.
- C) Contratos típicos e atípicos. Compra e venda, permuta e doação. Contrato de sociedade. Sociedade simples. Contrato estimatório. Mandato, depósito, mútuo, comodato, fiança, locação, seguro, comissão, corretagem, transporte e agência e distribuição. Transação.

TEMA 6

- A) Sociedades simples e sociedades empresariais. Teoria da empresa. Sociedades por ações. Sociedades limitadas. Microempresa. Empresa de pequeno porte. Empresa individual de responsabilidade limitada. Sociedade de propósito específico.
- B) Sociedade anônima. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Privatização.
- C) Direito Econômico. Defesa da concorrência. Repressão ao abuso do poder econômico. Dirigismo contratual.

TEMA 7

A) Obrigações por declaração unilateral de vontade. Títulos de crédito: cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

- B) Obrigações em decorrência de ato ilícito. Abuso de direito. Responsabilidade civil e sua liquidação. Dano material e dano moral. Novas espécies de dano. Responsabilidade dos administradores de sociedades.
- C) Limites à intervenção estatal na autonomia privada. Correção judicial dos contratos. Contratos de adesão.

TEMA 8

- A) Posse. Conceito, evolução, classificação, aquisição e perda. Efeitos e defesa. Composse.
- B) Propriedade. Conceito. A propriedade em geral. A função social da propriedade. Propriedade imobiliária. Limitações impostas à propriedade.
- C) A propriedade imobiliária urbana. Modalidades de aquisição e perda. Condomínio. Propriedade em planos horizontais. Incorporação. Parcelamento do solo urbano. Usucapião. Direitos de vizinhança.
- D) Propriedade fiduciária. Alienação fiduciária de bens móveis e imóveis. Cessão fiduciária de critérios.

TEMA 9

- A) Direitos reais sobre coisa alheia. Conceitos e princípios.
- B) Enfiteuse. Servidões. Direito de superfície. Usufruto, uso e habitação. Promessa de compra e venda de imóvel. Direitos reais de garantia.
- C) A propriedade móvel. Aquisição e perda. A propriedade resolúvel. A propriedade fiduciária.
- D) Registro de empresas. Nome empresarial.
- E) Direito urbanístico. Estatuto da cidade.

TEMA 10

- A) Sucessões. Inventário e arrolamento. Sonegados.
- B) Herança jacente e vacante.
- C) Sucessão legítima e testamentária.
- D) Casamento e união estável.

DIREITO DO TRABALHO, PROCESSUAL DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO:

TEMA 1

- A) Direito do Trabalho. Conceito. Princípios. Fontes. Interpretação e aplicação do Direito do Trabalho. Renúncia e transação. Modernização. Direito constitucional do trabalho. Desregulamentação.
- B) Organização da Justiça do Trabalho no Brasil. Composição e funcionamento. Competência da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência dos órgãos da Justiça do Trabalho.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

C) Súmulas e orientações jurisprudenciais dos Tribunais do Trabalho.

TEMA 2

- A) Agentes públicos. Agentes políticos. Servidores públicos. Empregados públicos.
- B) Vinculação legal e vinculação contratual. Espécies. Caracterização.
- C) Terceirização trabalhista nos setores privado e público. ADC nº 16. Súmula nº 331 do TST. Responsabilidade do tomador do serviço por débitos trabalhistas e por danos materiais e morais. Empreitada e subempreitada.

TEMA 3

- A) Regimes jurídicos funcionais. Regime estatutário. Regime trabalhista. Contrato temporário. Regime dos servidores de organizações sociais e fundações públicas de direito privado.
- B) Regimes previdenciários: regime geral de previdência social e regimes próprios dos servidores públicos.
- C) Cargos e empregos de confiança de empresas públicas e sociedades de economia mista.

TEMA 4

- A) Contrato de trabalho. Definição. Elementos essenciais e acidentais. Nulidade e anulabilidade. Espécies. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Duração do trabalho. Horário. Jornada. Períodos de descanso.
- B) Terminação do contrato de trabalho. Causas. Estabilidade. Garantia do emprego. FGTS. Aviso Prévio.
- C) Desvio de função.

TEMA 5

- A) Direitos e vantagens dos empregados públicos e empregados de entidades da Administração Indireta. Sistema remuneratório. Vencimento. Teto remuneratório. Vantagens pecuniárias. Adicionais. Gratificações.
- B) Remuneração e salário. Conceito. Distinção. Proteção do salário. Princípios salariais. Isonomia e equiparação salarial. Direitos sociais dos servidores.
- C) Acidente de trabalho. Responsabilidade civil e previdenciária.
- D) Estabilidade no Direito do Trabalho.

- A) Direito Coletivo do trabalho. Organização sindical. Princípios. Unicidade sindical. Receitas sindicais. O servidor público e a sindicalização.
- B) Negociação coletiva. Mediação. Arbitragem. Convenção coletiva. Acordo coletivo.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

C) Direito de greve.

TEMA 7

- A) Regime previdenciário do servidor publico. Regime geral da previdência social. Regime previdenciário especial. Previdência complementar. Contributividade e solidariedade. Emendas Constitucionais n. 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 70/2012.
- B) Aposentadoria: modalidades, proventos. cumulação de proventos. Pensões. Benefícios previdenciários. Segurados e beneficiários. Emenda Constitucional nº 88/2015.
- C) Aposentadoria especial no serviço público. Leis estaduais 5.260/2008 e 6.243/2012.

TEMA 8

- A) Responsabilidade dos empregados públicos. Responsabilidade administrativa e penal dos empregados públicos. Efeitos da decisão penal nas esferas civil e trabalhista.
- B) Processo disciplinar. Sindicância. Inquérito. Princípios do Direito sancionador.
- C) Admissão de pessoal e rescisão de contrato de trabalho nas empresas públicas e sociedades de economia mista. Empregado público dispensa. Motivação.

TEMA 9

- A) Dissídio individual de trabalho. Processo e procedimentos. Prazos. Exceções. Nulidades. Recursos. Execução. Prescrição. Prerrogativas da Fazenda Pública. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. Comissão de Conciliação Prévia.
- B) Dissídio coletivo. Processo e procedimento. Competência. Limites do poder normativo. Efeitos da sentença normativa. Recursos cabíveis. Ação de cumprimento.
- C) Mediação e arbitragem.
- D) Crimes contra a Administração Pública.

- A) Coisa julgada formal e material da sentença trabalhista. Acordos. Ação Rescisória.
- B) Mandado de segurança e ação civil pública no Direito do Trabalho. Habeas corpus. Medidas judiciais preventivas. Tutela antecipada. Ação Cautelar.
- C) A atuação do Ministério Público do Trabalho. d) Higiene e segurança do trabalho.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR – PROCURADOR

ANEXO II

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA PCD

Atesto para fins de comprovação de in	scrição no Concurso Público par	ra a Universidade do Estado do Rio
de Janeiro que o Sr (a)	, é portador ((a) da deficiência,
grau, nível c	código CID	Declaro ainda, que a deficiência
apresentada pelo paciente é compatíve	el com as atribuições do cargo _	, descrita no Edital da
seleção.		
Doto: / /		
Data://		
	Assinatura (Nome, CRM e	Carimbo)



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR – PROCURADOR

ANEXO III

CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO
Inscrições on-line	09/10 a 03/11/2015
Solicitação de isenção da taxa de inscrição	09/10 a 15/10/2015
Resultado dos pedidos de isenção	22/10/2015
Recurso ao indeferimento da solicitação da isenção da taxa de inscrição	22/10 a 23/10/2015
Resposta ao recurso ao indeferimento da solicitação da isenção da taxa de inscrição	27/10/2015
Último dia para pagamento da taxa de inscrição	04/11/2015
Envio do laudo médico pelos candidatos portadores de deficiência	09/10 a 04/11/2015
Divulgação da relação dos candidatos concorrentes à vaga de PCD	10/11/2015
Recurso ao indeferimento da condição de PCD	10/11 a 11/11/2015
Resposta ao recurso ao indeferimento da condição de PCD	17/11/2015
Solicitação de condições especiais para a realização das provas	09/10 a 03/11/2015
Impressão do cartão de confirmação das inscrições – CCI	18/11/2015
Realização da Prova Objetiva	20/11/2015
Divulgação do gabarito da Prova Objetiva	23/11/2015
Interposição de recursos – gabarito da Prova Objetiva	23/11 a 30/11/2015
Divulgação do gabarito final das provas objetiva após recursos	15/01/2016
Resultado da Prova Objetiva	15/01/2016
Divulgação da imagem do cartão resposta	01/12 a 10/12/2015
Realização da Prova Discursiva	à Definir(*)
Divulgação da nota preliminar da Prova Discursiva	à Definir(*)
Pedido de revisão da nota da Prova Discursiva	à Definir(*)
Resultado da Prova Discursiva	à Definir(*)
Prova Oral	à Definir(*)
Resultado da Prova Oral	à Definir(*)
Resultado Final	à Definir(*)

(*) Estas etapas serão realizadas no primeiro semestre de 2016, sendo as datas efetivas definidas e divulgadas após o resultado da prova Objetiva.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PROCURADOR

DICAS IMPORTANTES

- Ao acessar o endereço eletrônico do CEPUERJ (http://www.cepuerj.uerj.br), atualize sempre a página, de modo a poder obter novas informações inseridas;
- Todos os materiais disponíveis na página para consulta estarão em formato PDF, portanto é necessário que você tenha instalado em seu computador o Acrobat Reader;
- O site do CEPUERJ é homologado para perfeito funcionamento em versões recentes do Internet Explorer. Apesar de outros navegadores serem capazes de suportar em suas funcionalidades recomendamos o uso do Internet Explorer;
- Recomenda-se que o candidato chegue ao local de realização das Provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para início das mesmas, devendo estar de posse de documento de identidade, do cartão de confirmação de inscrição (CCI) e de caneta esferográfica transparente (tinta azul ou preta);
- As Provas terão duração de até 4 (quatro) horas e o candidato não poderá se ausentar da sala para comprar água ou alimentos. Assim, na sala de realização da prova, será permitida a entrada de garrafas de água, biscoitos, barras de cereais, balas e assemelhados, juntamente com saco plástico para a coleta de descartes;
- Para os usuários de medicamentos de uso contínuo, recomenda-se trazê-los nos dias de Provas se necessário for, pois não será permitido afastamento temporário para comprá-los durante a realização das Provas;
- Haverá, no dia de realização das Provas, um médico de plantão e medicamentos básicos para atendimentos emergenciais.

LOCALIZE-SE

CAMPUS DA UERJ

Rua São Francisco Xavier 524 - Maracanã, RJ

CENTRO DE PRODUÇÃO DA UERJ

Rua São Francisco Xavier 524 – Maracanã, RJ, Pavilhão João Lyra Filho, 1º Andar, Bloco A, Sala 1006.

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS

Rua São Francisco Xavier 524 – Maracanã, RJ, Pavilhão João Lyra Filho, 1º Andar, Bloco A, Sala 1028.



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR – PROCURADOR

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CANDIDATO - CAC

O Edital com as normas e procedimentos dos concursos organizados pelo CEPUERJ encontra-se disponível para consulta e impressão no endereço eletrônico http://www.cepuerj.uerj.br. Caso ainda persistam dúvidas, o candidato poderá entrar em contato através de e-mail, pessoalmente ou via teleatendimento:

E-mail: concursoscepuerj@yahoo.com.br

Recepção - Rua São Francisco Xavier 524 - Maracanã, RJ, Pavilhão João Lyra Filho, 1º Andar, Bloco A, Sala 1006, 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas.

Teleatendimento – 2334-0639, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 19 horas.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Ricardo Vieiralves de Castro

VICE-REITOR

Paulo Roberto Volpato

SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS

Elaine Lucio Pereira

DIRETORA DO CENTRO DE PRODUÇÃO DA UERJ

Maria das Graças Freire e Silva



TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR – PROCURADOR